



O COMPANHEIRO



Boletim da FAEP

JANEIRO/FEVEREIRO DE 2009

Editado pela Fraternal dos Antigos Escoteiros de Portugal
Membro fundador da ISGF – International Scout and Guide Fellowship



NOTA DE ABERTURA

Dois anos depois...

Foi em Dezembro de 2006...

Como consequência do trabalho encetado pouco tempo antes pela Comissão de Dinamização, então criada, que reconheceu desde logo a absoluta necessidade de dispor de um órgão de comunicação que lhe permitisse manter informados todos os associados, demos vida a um novo ciclo deste órgão tradicional da nossa Fraternal, cuja publicação não acontecia há muitos anos - o BOLETIM DA FAEP.

Integrado num plano de trabalho, que pretendia transmitir dinamismo e esperança no futuro a todos quantos acreditam nos Ideais do Movimento Escotista, o nosso Boletim pretendia ser um arauto dessa Mensagem entre os antigos escoteiros e, para além destes, a todos os que vêm no Escotismo um instrumento de Paz e Fraternidade, capaz de ajudar a trazer ao mundo dias melhores.

Com a pretensão de publicação mensal, logo revelou muitas das nossas fragilidades, que levaram à sua suspensão durante seis meses, tendo tomado novo rumo em Dezembro de 2007, passando a publicação bimestral, que tem sido cumprida com regularidade.

Passado mais um ano, temos de reconhecer o muito esforço exigido pela sua publicação regular, independentemente do enorme entusiasmo com que o fazemos, certos de que ele é a nossa forma de diálogo permanente com os associados da FAEP e com todos aqueles que seguem atentos os nossos comentários e notícias.

É essa Mensagem que queremos continuar a difundir, na esperança de que alguns outros a compreendam e se disponham a colaborar, tomando como sua esta tarefa, que sendo de todos, terá de pertencer especialmente aos mais novos, como única garantia da sua continuidade.

M.G.



CORREIO DOS LEITORES

COMPANHEIRO JOSÉ MARIA N. SANTOS



Com imensa alegria, recebemos do querido Companheiro José Maria Nobre Santos a carta que a seguir reproduzimos no essencial.

Afastado do nosso convívio, desde há longo tempo, por força da sua avançada idade e da débil saúde de sua esposa, o histórico Dirigente da AEP e fundador da FAEP, não deixa de acompanhar a vida da nossa Fraternal, transmitindo-nos a grandeza da sua amizade, a força das suas convicções e o valor dos seus conselhos. Bem haja, Chefe Nobre Santos. *João Constantino*

Companheiros,

Apraz-me referir o trabalho e o entusiasmo que tem sido posto ao serviço da FAEP e da AEP.

Acho muito estimulante e de muito interesse a preocupação de definir novos caminhos para prosseguimento da ideia dos que continuam a considerar válida a acção do Escotismo Adulto, na medida em que sentem e pensam na importância da acção do Movimento Escoteiro no seu conjunto, para reforçar a capacidade de actuar e agir dentro dos Ideais Escotistas.

Para isso, procurando corresponder ao vosso apelo, ainda que não tanto como desejava, resumo uns quantos pontos que entendo pôr em destaque, ainda que sinteticamente:

1 - Como referi, há já muitos anos, numa reunião festiva da FAEP, realizada no Ateneu Comercial de Lisboa, onde ainda existia o Grupo n.º 7, a FAEP só se justifica e conseguirá sobreviver se cumprir a sua missão, enquanto houver escoteiros, pois só eles produzirão o fluxo que alimentará a FAEP.

2 - Para tal acontecer tem que haver e ser mantido um em grande envolvimento nas actuações da FAEP e AEP, isto dentro de uma boa sincronia e cooperação, que é desejável, eu diria indispensável.

Isso deverá traduzir-se na presença de elementos da FAEP nas actividades dos escoteiros que tal proporcionem e justifiquem. E, aquilo que digo para a FAEP em relação à AEP, acrescentarei que o inverso também é importante que se verifique e se estimule.

Continua na página seguinte



CORREIO DOS LEITORES

Continuação da página anterior

3 - Essa foi a ideia que presidiu à fundação da FAEP, há já tantos anos, a que eu, o Eduardo Ribeiro, o Clímaco e mais uns tantos outros, metemos ombros a essa tarefa. Mas isso é passado, que se lembra só para reforçar o que atrás se referiu.

4 - Um dos aspectos de muito interesse e necessidade, para manter a "chama" e a ligação entre as pessoas, é a divulgação de notícias dos acontecimentos, bem como do que irá acontecer. E, nesse aspecto O COMPANHEIRO tem cumprido bastante bem, por forma elogiosa, essa missão, que poderia ampliar-se desde que aparecessem "trabalhadores".

Não quero deixar de referir a boa impressão que me têm deixado os números que recebi e que têm vindo a apresentar-se cada vez melhores e com boa colaboração. Seria de o transformar numa revista ou jornal, em ligação ou não com a AEP?

5 - Julgo que seria importante que se produzissem folhetos ou outros elementos de divulgação, para os enviar a entidades, oficiais ou não, organizações que possam acarinhar a formação de Grupos de Escoteiros e patrocinar o Escotismo (Municípios, Juntas de Freguesia, Escolas, associações desportivas e recreativas, bombeiros, Igrejas e Centros Religiosos, etc.).

Divulgar é importante, pois alguma percentagem dessa acção produziria efeito. A Internet só a vê quem a procura.

6 - Outro aspecto que deverá ser implementado é fazer com que junto de cada Grupo se constitua um núcleo da FAEP. Assim, poderemos implementar o intercâmbio participativo de ambos os lados (AEP e FAEP) para divulgar e desenvolver o Escotismo e os seus Ideais, de que o Mundo e a Humanidade tanto estão a necessitar: Paz, colaboração e desejo de atingir os objectivos que incrementem os aspectos civilizacionais de bem estar, de compreensão e colaboração de cada vez maior número de pessoas.

7 - Uma das acções que seria muito meritória era procurar introduzir o Escotismo (ou o seu espírito e modo de actuação) nos "bairros problemáticos". Acções de companheirismo, saídas de grupos para passeios ou acampamentos, etc.

Para isso teriam de se escolher animadores ou dirigentes com formação e capacidade para actuarem nesses meios, a fim de levarem a bom termo essa meritória tarefa. Claro que não é tarefa fácil e para a realizar teria de se actuar em colaboração com outras organizações, que se dispusessem a colaborar connosco e nós com elas.

8 - Poderia alongar-me, mas vendo o que está referido no COMPANHEIRO de Nov/Dez 2008 ao anunciar-se a MISSÃO da FAEP e o Plano de Acção 2008/2011 da ISGF, que é bastante completo, não poderei acrescentar muito mais. Seria estultícia da minha parte.

Será preciso obter a colaboração de pessoas de trabalho e acção, para complementar aqueles que presente-mente estão dando o seu esforço, que bem tenho apreciado, tais como o João Constantino, Mariano Garcia, Rui Macedo, Homem de Gouveia e alguns outros não colocados tão em evidência, que não devem ser esquecidos.

A todos esses, desde já, os meus louvores, a minha estima e admiração, com os desejos de que possam levar a "carta a Garcia", congregando outros colaboradores".

José Maria Nobre Santos



NOTÍCIAS...



Mudança na Presidência da AEG

Em conformidade com o Protocolo oportunamente estabelecido entre a FAEP, a AAG e a FNA, teve lugar, em 17 de Janeiro último, o acto de rotação dos cargos que constituem o Comité Português de Amizade dos Antigos Escoteiros e Guias (AEG), cuja Presidência pertenceu à FAEP durante os últimos três anos. Durante o próximo mandato o Comité passará a ser constituído como segue:

Presidente: Vítor Faria (FNA)

Vice-Presidente.: João Constantino (FAEP)

Vice-Presidente: Midá Rodrigues (AAG)

Secretária Internacional: Ana Rodrigues (AAG)

Secretário Relações Públicas: Rui Macedo (FAEP)

Tesoureiro: Jorge Caria (FNA)

O Comité ocupa-se exclusivamente da representação dos antigos escoteiros e guias perante as instâncias internacionais, especialmente no relacionamento oficial com a ISGF.

Reunião de Convívio na FAEP

No dia 24 de Janeiro, realizámos mais um "convívio Fraternal", que teve início pelas 11.00h da manhã. O pretexto para o diálogo entre os companheiros presentes, foi o relato da actividade desenvolvida, ao longo dos dois últimos anos, pela Comissão de Dinamização, dando oportunidade a uma animada troca de impressões entre os presentes. No entanto, não deixou de ser bastante acentuada a falta de adesão de mais alguns companheiros, para darem credibilidade à ideia de que é possível dar um novo rumo à nossa Fraternal.

O almoço que reuniu os participantes, decorreu com grande animação e verdadeiro espírito escotista, por entre recordações dos "velhos tempos" e manifestações de companheirismo.

No próximo "Convívio Fraternal" festejaremos o 59º aniversário

Na próxima reunião de "convívio Fraternal", a realizar no dia 14 de Março, na nossa Sede, cumpre-nos festejar os 59 anos da nossa Fraternal, lembrando os companheiros a quem devemos a sua criação, muitos dos quais já partiram para o "eterno acampamento". Aproveitaremos, depois, a reunião para estabelecermos o diálogo sobre o futuro da FAEP e as preocupações que a todos assaltam relativamente ao próximo Conselho Nacional e à necessidade de criar uma lista para os novos Corpos Gerentes.

A reunião terá início às 11.00h, com interrupção às 13h00 para almoço.

Como desejaríamos dar a esta refeição o carácter festivo de um "aniversário", pedimos aos que pensam estar presentes para fazerem previamente a sua inscrição, a fim de planearmos o local e custo da mesma.

Telef.: 213477025 – e-mail: faep.nacional@gmail.com



Da nossa história...

A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL (4)

(apoiado na História dos Escoteiros de Portugal - de Eduardo Ribeiro)

Foi a 6 de Setembro de 1913 que veio a organizar-se formalmente a Associação dos Escoteiros de Portugal, por convergência dos dirigentes dos três Grupos que vieram a tomar os n.ºs 1, 2 e 3.

Mas já em 18 de Setembro de 1912, no jornal O SÉCULO, Melo Machado fazia apelo a que fosse constituída uma entidade para dirigir colectivamente o movimento, o que reconhecia ser uma necessidade imperiosa.

Todavia, parece que terá sido a visita a Lisboa, na primavera de 1913, dos escoteiros ingleses da Cidade de Hastings, com o seu vistoso desfile pelas ruas da cidade e as inúmeras festas em que participaram, proporcionando entusiástica cobertura jornalística ao jornal O SÉCULO - que na época acompanhava com muito interesse o despontar do movimento "scouting" no nosso País - que despoletaram o interesse publico e levaram os dirigentes dos três primeiros Grupos de Lisboa a reconhecerem que era chegado o momento de se constituírem em associação e iniciaram conversações para esse efeito.

A proveitosa visita a Lisboa dos escoteiros de Hastings deveu-se a um entusiástico movimento de solidariedade que irrompeu dentro do 1.º Grupo, quando Lisboa tomou conhecimento do naufrágio de um barco português no Canal da Mancha, frente à cidade de Hastings, tendo-se distinguido no salvamento de parte da tripulação o grupo de "scouts" daquela cidade. A convite do UM e com o apoio da colónia inglesa, que suportou as despesas, os bravos "scouts" ingleses estiveram dez dias em Lisboa e a sua visita constituiu a melhor propaganda que se poderia ter feito para o Escotismo Português.



O Grupo de Escoteiros de Hastings, Inglaterra, que visitou Lisboa na Primavera de 1913

A Direcção da AEP foi constituída pelo dr. António Joaquim Sá Oliveira, presidente; Roberto Moreton, secretário; Álvaro de Melo Machado, escoteiro chefe geral.

Sabe-se que quando se fundou a AEP já existiam outros grupos de "scouts", além dos três que a constituíram. Frank Giles, em entrevista a O SÉCULO, em 20 de Agosto de 1912, afirmava que em Coimbra e no Porto existiam também scouts, com os quais mantinha activa correspondência. Mas

mesmo em Lisboa já existiriam outras unidades. Entre estas contava-se o Grupo n.º 7, fundado em 20 de Maio de 1913, na Igreja Congregacional, por iniciativa de Abel dos Santos e Silva e Luciano Silva, elementos saídos do Grupo n.º 1.

Uma coisa é certa, os **grupos n.ºs 1, 2 e 3 foram os fundadores da A.E.P.** e constituíram o núcleo de onde irradiou o Movimento que, a partir dessa data, registou franco desenvolvimento por todo o País e, mais tarde, pelas colónias portuguesas do ultramar.

Até à fundação da AEP os jovens que pertenciam ao Movimento eram designados pelo termo inglês "scout" e o próprio movimento por "scouting". Mas, desde logo, os dirigentes associativos fizeram questão de adoptar um vocábulo genuinamente português: ESCOTEIRO, *aquele que viaja sem bagagem nem alforge, gastando por escote nas estalagens* (termo registado em dicionários portugueses desde o século XVII). Portanto, os fundadores da Associação não fizeram uma tradução da palavra "scout", mas procuraram no nosso léxico um vocábulo português aplicável.



O 1.º Grupo - Foto datada de 10 de Junho de 1916

Também a adaptação da **Promessa** e da **Lei**, mereceram cuidadoso estudo dos fundadores, embora neste capítulo tenham existido sérias divergências, pois, enquanto uns pretendiam ver nelas contemplado o sentido universalista do Movimento, aberto a todos os credos e raças, outros entendiam dever manter-se o carácter religioso proposto por Baden-Powell para a Lei e Promessa dos scouts ingleses, afirmando que B.P. preconizava que "cada escoteiro deve ter uma religião" e que o *Scouting for Boys* está eivado de sentimento religioso como princípio fundamental do Escotismo. O ponto essencial é que todos adorem DEUS, ainda que de diversas maneiras.

Não admira pois que tais divergências provocassem desde logo alguns conflitos e acusações mútuas de desvirtuamento dos ideais, sendo frequente observar diferentes versões da **Lei** e da **Promessa**, consoante o pensamento filosófico ou a orientação religiosa dos dirigentes.

Também a dureza de algumas expressões, de conceito militarista bem ao sabor da época, como "*Juramento do Escoteiro*", em vez de "*Promessa Escoteira*", ou "*Compromisso de Honra*", em lugar de "*Compromisso do Escoteiro*", como imporia a tradução do inglês, não ajudaram à desejável harmonia de procedimentos, alguns insanáveis até aos nossos dias.

O RECONHECIMENTO PELO GOVERNO DA REPÚBLICA

Não podemos, portanto, afirmar que a implantação do Escotismo em Portugal tenha sido um processo fácil, dadas as muitas querelas que surgiam a nível interno, devido às diferenças de interpretação dos seus dirigentes. Todavia, ao nível externo, graças ao comportamento cívico dos escoteiros, o Escotismo ia adquirindo enorme prestígio e o bom acolhimento por parte da população e entidades oficiais. Foi assim que, em Junho de 1916, surge o reconhecimento oficial. O Presidente da República, dr. Bernardino Machado, aceita a Presidência honorária da AEP, situação que se manteria nas magistraturas republicanas seguintes, passando os anteriores presidentes a vice-presidentes honorários.

Continua na pág. seguinte

Em Maio de 1917, o Governo aprovou o Regulamento da Associação dos Escoteiros de Portugal, através do Decreto n.º 3120 – B, cujo texto inicial afirma: *“Considerando que o Escotismo é uma escola de formação de carácter e um meio valioso de preparar a mocidade para o desempenho dos seus deveres para com a Pátria e para com a Humanidade, como tem sido provado nos países em que essa instituição se tem desenvolvido...”*

E logo o artigo 3.º consigna: *“Em virtude do determinado no n.º 3 do artigo 15.º do regulamento, é esta associação considerada de benemerência e de beneficência para os efeitos de contribuições, impostos e franquia postal”*.

A HISTÓRIA DOS GRUPOS

Apesar das assinaladas divergências, o Escotismo expandia-se e novos grupos se associavam na AEP, seguindo as suas actividades e a sua orientação.

Em 1915 já existiam 22 Grupos inscritos na AEP. Não se referem algumas dessas unidades por falta de elementos históricos. Mas é importante destacar algumas outras cuja actividade contribuiu para o prestígio alcançado pela AEP. Para além dos três já referidos, e pela ordem porque ficaram registados após a sua adesão à Associação dos Escoteiros de Portugal, seguem, resumidamente, alguns elementos de tais grupos:

Grupo n.º 4, fundado em Torres Vedras, no Instituto Politécnico, já existia em 1915, sendo seu escoteiro chefe Vítor Cesário da Fonseca. Tanto o Grupo como o Instituto Politécnico foram extintos em 1919, em consequência da gripe pneumónica. Em 1925 voltou a existir em Torres Vedras outro Grupo de escoteiros, o n.º 50, onde foram instrutores Joaquim Paulino Pereira e Augusto Nascimento Gonçalves

Grupo n.º 5, fundado na Escola Normal, no Calvário, em Lisboa. Consta que a sua fundação data dos primeiros tempos do movimento e foi seu escoteiro chefe António Pereira Coimbra, mas veio a ter curta duração. A Ordem de Serviço n.º 44, de 13 de Setembro de 1916 considera-o extinto por falta de escoteiro chefe e manda que seja integrado no Grupo n.º 9.

Grupo n.º 6, quando o Grupo n.º 2, por força do seu desenvolvimento, abandona as suas instalações na Rua da Esperança, para se instalar na Academia de Estudos Livres, foi forçado pela AEP a tomar o número SEIS, devido ao compromisso assumido com a Sociedade de Instrução Militar Preparatória, que quis manter reservado o n.º 2 no intuito de vir a organizar nova unidade, o que nunca chegou a concretizar-se. Em 1915 o “dois” retomou o seu número e o Grupo n.º 6 ficou sem história, até que foi retomado por uma nova unidade fundada em Olhão, na sequência de uma luzidia demonstração, realizada a 7 de Janeiro de 1925 por uma delegação do Grupo n.º 1, naquela Vila. O seu primeiro escoteiro chefe foi Humberto Martins, que também foi o introdutor do basquetebol no Algarve.

Grupo n.º 7, fundado em 20 de Maio de 1913, surge na União Cristã de Jovens da Igreja Congregacional, em Lisboa, por iniciativa de Abel dos Santos Silva e Luciano Silva, que abandonaram a UCML e, conseqüentemente, o Primeiro Grupo de que faziam parte, assumindo Luciano Silva a chefia do grupo. José Rodrigues, aderente entusiasta desde a primeira hora, veio mais tarde a assumir a chefia, que deteve por muitos anos.

Grupo n.º 8, pouco se conhece sobre a existência do Grupo inicialmente inscrito na Associação com este número, sabendo-se apenas que foi em Faro, pelo que é suposto tratar-se da unidade de *scouts* criada por Amâncio Salgueiro Jr., que este reivindicava existir antes do grupo de Macau. Em Julho de 1916 era desligado da AEP, por razões ignoradas. O número OITO veio a ser utilizado por um grupo criado em Maio de 1952, na Igreja Evangélica Presbiteriana, situada na Rua Febo Moniz, em Lisboa, onde ainda se encontra, sendo seu primeiro escoteiro chefe Albano Costa, antigo escoteiro do Grupo n.º 94.

Grupo n.º 9, fundado em 1916, por alguns escoteiros do grupo n.º 2, que viviam demasiado longe da sua sede na Esperança. Solicitaram à AEP a criação de uma nova unidade, que foi confiada a Joaquim Duarte Borrego, em casa de quem ficou inicialmente instalada a sede do Grupo,

que foi depois para a Rua da Madalena, 91 e, mais tarde, para a Rua de Santa Marta, 204. Em Novembro de 1926 o Grupo foi acolhido no Ateneu Comercial de Lisboa, prestigiosa instituição que sempre ofereceu aos escoteiros todo o seu apoio. Quando em 1917, Joaquim Duarte Borrego foi chamado ao serviço militar e partiu para a guerra, em França, tomou o seu lugar na chefia João Clímaco do Nascimento, que dirigiu o grupo com êxito durante muitos anos.

Grupo n.º 10, fundado por Álvaro Melo Machado, na cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo), pouco depois da sua chegada a Moçambique, onde chegara em Agosto de 1914, em cumprimento de missão militar. Depois do regresso de Melo Machado, a chefia do grupo ficou entregue a Vital dos Reis Barbosa.

Grupo n.º 11, a data provável da sua fundação no Liceu de Camões terá sido em 11 de Dezembro de 1915, em que teve lugar uma festa de “cerimónia de juramento”, para a qual foram convidados os outros grupos de escoteiros de Lisboa, na qual o presidente do grupo e Reitor do Liceu fez uma conferência sobre educação.

O seu primeiro escoteiro chefe foi António Coucelo.

Esta unidade foi um alfofre de escoteiros, que vieram a desempenhar importantes cargos dirigentes nos Escoteiros de Portugal e se projectaram na vida social em elevadas posições. Bastará enunciar alguns dos seus nomes: Dinis Curson, Mário da Silva Jacquet, Alberto e Edmundo Lima Bastos, Paulo e Henrique de Barros, Francisco Caldas, Marcelo Caetano, Fausto Salazar Leite, José Maria Galvão Teles.

Dos restantes Grupos, constantes do registo de 1915, conhecem-se apenas os seguintes elementos, já que, por razões inexplicáveis, os arquivos associativos terão desaparecido, supõe-se que entre os anos trinta e quarenta do século passado.

Grupo n.º 12, existente no Liceu de Passos Manuel, em Lisboa. O actual Grupo do mesmo número, teve o seu início já nos anos 50.

Grupo n.º 13, localizado na Vivenda Alvarez, LA, na Amadora. Anos mais tarde, retomou a sua actividade instalado na Sociedade de Geografia, em Lisboa.

Grupo n.º 14, Rua da Junqueira, em Lisboa. Em Janeiro de 1916 instalou-se no Liceu de Gil Vicente, em Lisboa.

O mesmo número foi retomado, já na década de 50, por uma unidade instalada em Alagôjos.

Grupo n.º 15, com a sua primeira instalação nas Escadinhas da Saúde, passando em Janeiro de 1916 para o Bairro do Século, Porta 2, em Lisboa. O mesmo número foi atribuído, mais tarde a uma unidade criada no Porto.

Grupo n.º 16, situado na Rua da Bela Vista à Lapa, em Lisboa, passando anos mais tarde para o Colégio Inglês, em Carcavelos. Continua existindo naquela Vila, com actividade digna de nota.

Grupo n.º 17, existiu no Palácio Mancelos, no Pátio do Tijolo, em Lisboa. O número foi retomado por uma unidade instalada no Porto.

Grupo n.º 18, existiu no Colégio dos Órfãos de S. Caetano, em Braga.

Grupo n.º 19, instalado na Rua da Bombarda, em Santarém. Também na década de 50, apareceu nova unidade com este número, que continua existindo na Pontinha.

Grupo n.º 20, existiu em Aldegallega, Montijo.

Grupo n.º 21, estava instalado na Vila Bastos, 3 e passou em Janeiro de 1916 para a Trav. do Teixeira, em Lisboa.

Grupo n.º 22, existiu na Av. Elias Garcia, em Lisboa.

Grupo n.º 23, instalado na Rua Vieira da Silva, 80, em Lisboa. O actual 23 está instalado em Queluz

Não fica claro que a numeração atribuída aos Grupos corresponda à ordem da sua filiação na A.E.P., pois parece ter existido desde sempre o lamentável critério de atribuir a uma nova unidade o mesmo número de outra unidade entretanto encerrada, o que estabelece grande confusão para uma clarificação da história dos grupos.

Seria desejável que cada grupo em actividade, registasse a sua própria história, dedicando-se, outrossim, à pesquisa e divulgação da história da unidade ou unidades que o procederam. Ninguém duvidará da enorme importância que tal estudo terá para a História do Escotismo em Portugal, que um dia gostaríamos de ver publicada. M.G.

ESCOTISMO EM DIÁLOGO

ENTREVISTANDO NELSON RAIMUNDO, Escoteiro Chefe Nacional da AEP

Temos afirmado frequentemente que a vida da Associação dos Escoteiros de Portugal deverá estar no centro das atenções da FAEP e dos seus associados. Aliás, tal preocupação consta claramente dos objectivos expressos no Regulamento da nossa Fraternal.

Por outro lado, também da parte da actual Chefia Nacional existe o sentimento de que as duas associações se interligam e defendem em comum a imagem do Escotismo. Pelo que fica dito, não pode deixar de nos merecer interesse conhecer mais explicitamente o pensamento do Escoteiro Chefe Nacional da AEP sobre o papel da FAEP e ouvi-lo, igualmente, sobre o trabalho desenvolvido por aquela Associação durante o período do seu mandato, que está próximo de chegar ao fim.

Boletim da FAEP – Que balanço faz deste seu último mandato, como ECN da AEP?

Escoteiro Chefe Nacional – Faço um balanço positivo. Foi possível desenvolver e consolidar a associação em várias áreas, com destaque para o programa para jovens - através do lançamento, 24 anos depois da última revisão, do novo esquema de progresso e metodologia de funcionamento da AEP – a formação de dirigentes – com o apoio dado à ENFIM e o envolvimento directo da maioria da Chefia Nacional na formação. Foi possível formar mais dirigentes do que o que se tinha conseguido nós últimos 15 anos e iniciou-se um novo ciclo com a formação de novos formadores. Outros aspectos igualmente importantes centraram-se na consolidação financeira da AEP, na continuada promoção e protecção da sua marca e no reinício do crescimento.

B.F. – Como aprecia a evolução da AEP nos últimos anos?

E.C.N. – A evolução tem sido muito boa. Temos crescido de forma continuada, apesar de não termos ainda considerado esta área como central, mas com a introdução do “Escotismo de Excelência” é agora também possível monitorizar a evolução qualitativa da AEP, que pelo menos nos 2 anos em que existem dados (2007 e 2008) regista uma evolução positiva. Por outro lado a associação está mais forte e mais participativa, com maior capacidade de intervenção e de produção de recursos. Tudo isto tem-se reflectido de forma positiva na imagem da AEP junto dos nossos parceiros institucionais, a nível nacional e internacional. Estamos hoje muito melhores que há 6 anos atrás, no entanto há ainda muito por fazer e muitas áreas onde podemos evoluir de forma muito significativa.

B.F. – Quais foram os desenvolvimentos mais significativos registados neste mandato?

E.C.N. – Ainda não fizemos um balanço final, mas para já e na minha opinião destacaria como mais significativas as melhorias introduzidas no programa para jovens, na formação de dirigentes, na comunicação com o exterior e a nível de recursos materiais.

B.F. – Quais as realizações que tiveram mais impacto na vida associativa?

E.C.N. – O novo Esquema de Progresso, o aumento do número de formadores e o reforço da capacidade financeira da AEP.

B. F. – Como vê a evolução da AEP nos últimos anos? Tem sido significativo o seu crescimento, quantitativa e qualitativamente falando?



E.C.N. – Como já referi, temos crescido em termos numéricos. Em termos qualitativos, desde que instituímos um sistema de indicadores – o Prémio Escotismo de Excelência -, tivemos uma evolução positiva, mas é muito cedo para podermos afirmar que esta evolução é consistente uma vez que só temos dados de dois anos. Isto não invalida que seja evidente a necessidade de prestar maior apoio directamente aos Grupos e apostar na evolução qualitativa.

B.F. – Que outros projectos gostaria de ver implementados em futuro próximo na AEP?

E.C.N. – Há muitos projectos que gostaríamos de ver implementados, mas temos de nos concentrar em poucos para conseguirmos que alguns sejam efectivamente realizados.

Considerando apenas o horizonte do final do mandato, diria que há ainda 4, ou talvez 5, projectos que a nossa equipa gostaria de ver implementados, mas que não temos ainda a certeza de o conseguir, nomeadamente o nosso sistema de gestão administrativa, algumas intervenções no PNEC e a produção de alguns recursos didácticos.

B.F. – Como caracteriza o papel da FAEP no movimento escotista?

E.C.N. – Julgo que a FAEP pode ter um papel significativo no apoio à promoção da imagem do Escotismo, como fonte de recursos adultos e como parceira na implementação de projectos.

B.F. – Que tipo de projectos gostaria de ver implementados na nossa Fraternal?

E.C.N. – Os projectos devem ser definidos em função das necessidades e dos recursos, por isso prefiro deixar essa definição para a própria FAEP.

B.F. – Qual a imagem da FAEP que apreciaria?

E.C.N. – Uma FAEP dinâmica e capaz de atrair a maioria dos adultos que deixa a AEP, oferecendo oportunidades para que esses adultos continuem a colaborar com o Escotismo.

B.F. – Uma mensagem para os escoteiros adultos que deixam a AEP?

E.C.N. – Antes de mais um agradecimento pelos anos de trabalho e dedicação, que são fundamentais para a sobrevivência da AEP, uma vez que a nossa acção depende dos nossos adultos voluntários. Depois uma palavra de incentivo para que não deixem de manter a ligação e sempre que possível a colaboração com o Escotismo, seja através da FAEP seja directamente com a AEP.

(conclui na página 6)

ESCOTISMO EM DIÁLOGO

Entrevistando o Escoteiro Chefe Nacional

(conclusão)

B.F. – Uma mensagem sobre a FAEP e o futuro?

E.C.N. – A FAEP é constituída por pessoas que no passado deram muito à AEP, em certos casos mesmo com prejuízo pessoal, e que de alguma forma continuam disponíveis para fazer mais pelo Escotismo. Por isso a Chefia Nacional que lidero sempre entendeu que entre a AEP e a FAEP deveria haver uma relação de parceria e proximidade, até porque a FAEP é necessariamente uma parte da AEP, mesmo sendo uma associação autónoma. Acreditamos inclusivamente que é possível construir esse relacionamento entre as associações e que todos sairão a ganhar. Para isso é apenas necessário sermos capazes de respeitar o papel de cada uma das partes e trabalhar em conjunto de forma leal e frontal.

Nos últimos anos temos caminhado nesta direcção e inevitavelmente o trabalho em conjunto deverá ser cada vez mais reforçado.

Em nome da Chefia Nacional e a título pessoal não queria terminar sem deixar os nossos votos para que a FAEP prossiga o seu processo de desenvolvimento e também

agradecer a todos aqueles que no passado tanto fizeram pela AEP. Temos consciência que esse trabalho e empenho nem sempre foi devidamente reconhecido, por isso não podíamos perder esta oportunidade para o fazer. Boa caça!



NOTÍCIAS...



[A Escola de Formação \(ENFIM\) já definiu quais os cursos a realizar em 2009](#)



[Grupo 129 \(Torres Vedras\) participou em exercício da Protecção Civil](#)



[Grupo 28 \(Moura\) realizou o Adiça III](#)



[O Escotismo no Alentejo está mais rico - nasceu o Grupo 234 \(Beja\)](#)



[Grupo 197 \(Quelfes\) está de parabéns](#)

A sede do Grupo 197 de Quelfes está agora mais bonita!

Jamboree Mundial 2011



Jamboree Mundial - Suécia 2011: *Simplemente Escotismo.* Para Exploradores e Escoteiros a partir dos 14 anos.



[A AEP no relatório mundial do JOTA JOTI](#)

UMA VEZ ESCOTEIRO.
SEMPRE ESCOTEIRO.



JUNTOS PODEMOS

Em Setembro de 2000, chefes de Estado e de Governo de 189 países, incluindo Portugal, reuniram-se nas Nações Unidas. Ali assinaram a Declaração do Milénio, comprometendo-se a lutar contra a pobreza e fome, a desigualdade de género, a degradação ambiental e o vírus do VIH/SIDA. Assumiram ainda o compromisso de melhorar o acesso à educação, a cuidados de saúde e a água potável. Para avaliar o cumprimento daquele compromisso, estabeleceram 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a alcançar até 2015.

Estes Objectivos são:

1. Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome até 2015

A pobreza extrema e a fome crónica tornam o desenvolvimento de qualquer pessoa ou país muito mais difícil. A pobreza leva à subnutrição e a doenças várias, que reduzem o rendimento e a produtividade económica que, por seu turno, amplifica a pobreza e a fome - porque as pessoas não conseguem ter uma alimentação, saúde e habitação adequadas, nem investir na educação das suas crianças ou ter o seu próprio negocio.

Esta "armadilha da pobreza" também causa impacto nas perspectivas de desenvolvimento a nível macroeconómico: sem actividade económica e um sistema fiscal de base, os governos não podem investir nas suas populações e os investidores estrangeiros recebem quaisquer compromissos financeiros.

2. Alcançar o ensino primário universal até 2015

A educação é fundamental para acabar com a pobreza e atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Aumentar o nível de educação numa sociedade está positivamente correlacionado com padrões de vida mais elevados e melhores resultados em termos de saúde pública. Porém, a educação não tem somente a haver com criar uma base sólida para o desenvolvimento. A educação é um direito humano de que todos, independentemente da sua condição económica, devem usufruir. A educação é também uma componente central do empenhamento das mulheres, uma vez que lhes proporciona os meios para alcançar a igualdade nos aspectos social, político e económico.

Apesar da importância que a educação assume para as mulheres, as raparigas representam quase 60% das crianças que não frequentam a escola. As mulheres escolarizadas também contribuem mais para a sociedade: é mais provável que trabalhem na economia formal, aumentam a produtividade na agricultura, casam-se mais tarde, apoiam políticas de igualdade de género e previnem-se contra as doenças (p.e. os filhos de mulheres com educação de nível secundário têm o dobro das probabilidades de sobreviverem face aos filhos de mulheres não escolarizadas).

3. Promover a igualdade de género e empenhar as mulheres

As mulheres são cruciais em cada aspecto do desenvolvimento social e económico, mas muitas são impedidas de atingir o seu potencial. Mulheres empenhadas contribuem mais para as suas famílias e sociedades, ao ganharem um rendimento maior, promoverem a educação das suas crianças e ao saberem mais sobre cuidados de saúde. Deste modo são forças positivas para se alcançar todos os ODM.

As contribuições sociais e económicas das mulheres realçam os benefícios exponenciais que as mulheres letradas podem ter no desenvolvimento. Contudo, as mulheres usualmente não têm acesso igual à terra, têm de combater a discriminação social e familiar e ainda de lutar para ultrapassar barreiras no mercado de trabalho formal. As mulheres representam cerca de 70% dos 1,2 mil milhões de pessoas que vivem com menos de 75 cêntimos por dia. A muitas mulheres é vedado o envolvimento no processo político e por isso têm maior dificuldade em defender os seus direitos. Mulheres empenhadas politicamente têm maior probabilidade de conhecer e lutar pelos seus direitos e de eleger políticos favoráveis à igualdade de género.

Os cuidados de saúde de qualidade estão vedados a muitas mulheres. Melhorar o acesso a pessoal médico qualificado e a serviços de saúde reprodutiva pode salvar milhares de vidas de mães e prevenir complicações médicas.

4. Reduzir em dois terços a mortalidade infantil até 2015

A sobrevivência de uma criança não deve depender do local onde ele ou ela nasce, mas essa é a realidade de milhões de crianças: 99% das mortes abaixo dos cinco anos acontece em países de rendimento baixo ou médio, a maior parte no Sub-continentes Asiático e África Subsariana. A taxa de sobrevivência na infância também varia significativamente entre e dentro de países e está fortemente relacionada com o rendimento e o nível de escolaridade da mãe: as crianças que pertencem ao grupo dos 20% mais ricos têm duas vezes mais probabilidades de sobreviver do que as crianças que pertencem ao grupo dos 20% mais pobres; as crianças que têm mães com pelo menos uma educação secundária têm também duas vezes mais probabilidades de sobreviver do que as crianças de mães menos escolarizadas. O Objectivo 4 quer mudar estas estatísticas e dar a cada criança, independentemente da nacionalidade ou estatuto sócio económico, uma oportunidade igual para uma vida saudável e preenchida.

Investir na saúde das crianças não salva apenas vidas inocentes mas é crucial para alcançar os ODM e tirar os países da pobreza. O Banco Mundial estima que investir em iniciativas de saúde para as crianças tem um retorno sete vezes maior, através da redução das despesas com a segurança social e dum aumento na produtividade económica.

5. Reduzir em 75% a mortalidade materna até 2015

A probabilidade de morrer durante a gravidez é de 1 em 16 na África Subsariana, contra 1 em 3800 no mundo desenvolvido. Se uma mulher num país pobre consegue sobreviver, pode ainda assim estar sujeita a complicações pós-parto que ameaçam a sua saúde e a marginalizam ainda mais na sociedade. Uma saúde materna deficiente influencia negativamente outros ODM.

Estima-se que uma saúde e nutrição maternas deficientes estejam na origem de pelo menos 20% das doenças das crianças com menos de cinco anos (Objectivo 4). Em muitas sociedades, a mortalidade materna é uma consequência da condição social inferior das mulheres e da sua incapacidade

de controlar a sua saúde reprodutiva – aumentando o risco de contraírem doenças sexualmente transmissíveis (incluindo o VIH, Objectivo 6).

A subalternização das mulheres na sociedade significa também que tenham mais probabilidade de sofrer de sub-nutrição, anemia e falta de saúde crónicas. Estes problemas de saúde aumentam os riscos da gravidez. No entanto, em sociedades patriarcais as mulheres são muitas vezes pressionadas para ser mães e ter vários filhos ainda muito jovens.

6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves

Nos países pobres, a falta de saúde reduz a produtividade e o rendimento, exacerbando os problemas de saúde, porque as pessoas não podem pagar uma alimentação, habitação e tratamento adequados. A SIDA, em particular, tem um impacto de grande alcance, modificando o tecido social e económico da sociedade africana, dado que as suas vítimas se encontram frequentemente nos seus anos mais produtivos. Tanto os países ricos como os países pobres estão mais seguros e são mais saudáveis quando previnem as doenças transmissíveis de fácil propagação transfronteiriça. Embora lutar contra estes desafios de saúde globais seja um desafio tremendo – o VIH /SIDA, a malária e a tuberculose causam a morte a seis milhões de pessoas anualmente –, o esforço concertado dos doadores e beneficiários de ajuda mostrou-se eficaz, no passado: a varíola foi erradicada e a poliomielite já não assola a América Latina e as Caraíbas.

7. Garantir a sustentabilidade ambiental

O Objectivo 7 incide sobre a melhoria da vida dos habitantes dos países em desenvolvimento através de práticas de desenvolvimento sustentável porque os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) reconhecem que os destinos das pessoas e do ambiente estão interligados.

Dado que 70% da população reside em meios rurais, os países mais pobres do mundo estão muito dependentes da agricultura e são muito vulneráveis à degradação ambiental. Ameaças ambientais como água contaminada colocam sérios desafios de saúde pública. Os conflitos em torno dos recursos naturais têm dividido algumas sociedades e a urbanização exige uma gestão equilibrada destes recursos. As pessoas pobres dos países em desenvolvimento são particularmente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas porque estão mais expostas às suas consequências, são mais sensíveis às mudanças e têm menos capacidade de adaptação às novas condições ambientais. Os governos dos países pobres carecem, muitas vezes, de recursos para investir em infra-estruturas que lhes permitam satisfazer as crescentes necessidades nos domínios da água potável, alimentação, abrigo e reabilitação de zonas afectadas pelo clima.

8. Fortalecer uma parceria global para o desenvolvimento

Todos os Estados membros da ONU subscreveram no ano 2000 a Declaração do Milénio, prometendo apoiar uma “parceria global para o desenvolvimento”. Os países pobres concordaram em pôr em prática políticas e orçamentos no sentido de alcançarem os ODM. Em troca, os países ricos concordaram em apoiar os países em desenvolvimento no esforço de atingirem os ODM, em três áreas fundamentais: O **perdão da dívida** é crucial para o alcance, dado que para muitos países é impossível pagar a sua dívida externa e transferir recursos para programas de desenvolvimento e serviços sociais. Sem o fardo da dívida, vários países conseguiram melhorar os serviços sociais.

A **ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD)** fornece aos países em desenvolvimento os recursos adicionais necessários para investir nas reformas cruciais para o desenvolvimento sustentável e para a obtenção dos ODM.

Políticas comerciais que considerassem a situação especial e os obstáculos com que se deparam os países em desenvolvimento na economia global poderiam ter um impacto positivo no desenvolvimento e nos ODM. Dado que 70% da

população nos países pobres conta com a agricultura para a sua subsistência, as práticas comerciais injustas têm um impacto acrescido nas pessoas mais pobres.

A Campanha Objectivo 2015 quer inspirar todos os cidadãos e organizações que acreditam que o Governo Português deve conceder mais e melhor ajuda pública para o desenvolvimento (APD).

www.objectivo2015.org/campanha



XIII Encontro do Mediterrâneo

8

2.ª Conferência da Sub-Região Sul da Europa

Decorre a bom ritmo a organização do XII Encontro do Mediterrâneo e da 2.ª Conferência da Sub-Região Sul da Europa, que terá lugar em Tavira de 8 a 13 de Outubro do corrente ano, para a qual se aguardam cerca de duas centenas de participantes.

O programa já elaborado será o seguinte:

8 de Outubro – 5.ª feira

18h00 Abertura Oficial – Cerimónia de apres. dos países
Música pelos alunos do conserv.
Grupo de Acordeões de S. Brás

21h00 Jantar no Hotel

9 de Outubro – 6.ª feira

9h00 Meditação: Fotos e sons do Mar
10h00 Caminho de culturas: Tema – As influências em
Portugal vindas do Mar
Painel pelos especialistas universitários
Professor Santiago Macias
Professor Horta Correia

13h00 Almoço

14h30 “Viver saudável com a dieta mediterrânica”
Apresentação e Jogo

20h00 Jantar – folclore

10 de Outubro – Sábado

8h00 Passeio: (três itinerários alternativos), almoço em
Silves, visita a Sagres, jantar em Lagoa

11 de Outubro – Domingo

10h00 Europa do Sul – Abertura e apresentação das
Associações da Sub-Região

13h00 Almoço

14h30 Reunião dos PN e SI para escolha do representante
da Região no Comité Mundial

16h00 Tempo do Comité da Europa

20h00 Jantar

12 de Outubro

9h00 Meditação

9h30 Concentração frente à Câmara Municipal (foto grupo)
Actividade social com apoio da Câmara
Visita à cidade de Tavira

20h00 Encerramento e jantar de Gala, com música

13 de Outubro

Partidas - transfers ao aeroporto

Partida dos “passeios pós-encontro”

SE FOSTE ALGUM DIA ESCOTEIRO E CONTINUAS A ACREDITAR NOS VALORES DO MOVIMENTO, SINTETIZADOS NA PROMESSA E NA LEI; SE É DIRIGENTE OU ESCOTEIRO ADULTO JUNTA-TE A NÓS!
faep.nacional@gmail.com